



# MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATO Nº 356/2023.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado **MUNICÍPIO** de um lado, e de outro a empresa **VECTOR9 LTDA**, estabelecida na Rua Mario Gonçalves Isquierdo, Nº 296, bairro Conjunto Residencial Montreal, na cidade de Santa Terezinha de Itaipu, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob nº 10.450.171/0001-76, neste ato representada por seu representante legal, ao final assinado, doravante designada **CONTRATADA**, estando as partes sujeitas as normas da Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato decorrente do Edital Pregão Eletrônico Nº 69/2023, mediante as seguintes cláusulas e condições.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISE, ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS INTERNOS DO MUNICÍPIO, ALÉM DE SUPORTE AS EMPRESAS, TUDO RELACIONADO A ESCRITURAÇÃO FISCAL, CONFORME DESCRITO NO EDITAL.**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O serviço deverá atender as especificações constantes do Termo de Referência em anexo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade do serviço.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Relação de serviços e método de execução:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Prestação de Suporte Técnico e Orientação Fiscal aos Contribuintes e Escritórios de Contabilidade quanto a operação, resolução de problemas e demais procedimentos que envolvam os Sistemas de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e Declaração Eletrônica de ISSQN: - Este procedimento será executado via Central de atendimento 24/7 (24 horas, 7 dias por semana), sempre que solicitado, independente da hora e dia, ficando a contratante responsável pelo funcionamento e disponibilização da operacionalidade dos Sistemas acima citados.</li><li>➤ Prestação de Suporte Técnico e Orientação Fiscal aos cartórios e imobiliárias quanto aos Imóveis Englobados no Cadastramento e suas subdivisões. - Este procedimento será executado via Central de atendimento 24/7 (24 horas, 7 dias por semana), sempre que solicitado, independente da hora e dia.</li><li>➤ Levantamentos dos dados relacionados as atividades fiscais/serviços e da lei 116/2003 e suas alterações: - Procedimento executado bimestralmente ou conforme necessidade e pedido da Administração. Nisto engloba-se a integração dos dados mensais repassados pela Receita Federal do Brasil no que tange as inserções e desligamentos do Regime do Simples Nacional.</li><li>➤ Levantamento e Atualização Cadastral dos dados relacionados as atividades econômicas do CNAE Fiscal 2.02 nos cadastros Econômicos (Empresas):</li></ul>



<p>- Procedimento Executado Semestralmente em janeiro e Novembro consistindo na atualização por meio de integração dos arquivos repassados pela Receita Federal do Brasil.</p> <p>➤ Orientação quanto a inserção das Medições dos imóveis (terrenos) no Sistema de Tributação Municipal Subdivididos a pedido da Administração e do Departamento de Tributação</p> <p>- Este procedimento será executado via Central de atendimento 24/7 (24 horas, 7 dias por semana), sempre que solicitado, independente da hora e dia, e presencialmente sempre que se mostrar necessário.</p> <p>➤ Acompanhamento e Geração mensal de todos os imóveis Subdivididos, incluindo dados de Proprietário e Donatário atual não englobando a pesquisa em Campo.</p> <p>- Este procedimento será executado via Central de atendimento 24/7 (24 horas, 7 dias por semana), sempre que solicitado, independente da hora e dia, e presencialmente sempre que se mostrar necessário.</p> <p>➤ Levantamento dos dados Técnicos dos imóveis Subdivididos, incluindo-se Quadra, Lote, Logradouro, Número do Imóvel e dados Financeiros.</p> <p>- Procedimento executado semestralmente para acompanhamento do Depto Jurídico quanto aos pagamentos das ações interpostas pelo Município.</p> <p>➤ Prestação de Serviços Especializados na Orientação e Acompanhamento aos usuários do Departamento de Tributação quanto ao Sistema de Microinformática e seus procedimentos de integração com os Sistemas de Informação dos demais Setores do Município, obedecendo sempre as regras interpostas pelos Padrões Contábeis em vigor na Legislação.</p> <p>- Este procedimento será executado via Central de atendimento 24/7 (24 horas, 7 dias por semana), sempre que solicitado, independente da hora e dia, e presencialmente sempre que se mostrar necessário.</p>
--

#### PARÁGRAFO QUARTO - FORMA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO E PRAZO PARA CADA ETAPA:

Etapas: Cada etapa deverá seguir os prazos expostos na tabela, e mais:

- Levantamentos dos dados relacionados as atividades fiscais/serviços e da lei 116/2003 e suas alterações – **em 60 dias após assinatura do contrato**
- Levantamento dos dados Técnicos dos imóveis Subdivididos, incluindo-se Quadra, Lote, Logradouro, Número do Imóvel e dados Financeiros. – **Semestralmente, sendo a primeira em até 60 dias após assinatura do contrato, e a segunda em até 180 dias após a conclusão da primeira, ou ainda, ao tempo em que for solicitado pelo Procurador Jurídico**

**PARÁGRAFO QUINTO** - A empresa é responsável pela disponibilização de recursos humanos necessários, além de custeio de deslocamento, alimentação e estadia quando necessários.

**PARÁGRAFO SEXTO** – **TODAS AS NORMAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERENCIA DEVEM SER OBSERVADAS, E O MESMO FAZ PARTE DO EDITAL E DO CONTRATO.**

#### CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

A CONTRATADA se obriga a executar os serviços, objeto deste Contrato, pelo preço de **R\$ 35.760,00 (trinta e cinco mil, setecentos e sessenta reais).**

ITEM	QTD	UNID	DESCRIPTIVO	VALOR TOTAL
1	1	Unid	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISE, ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS INTERNOS DO MUNICÍPIO, ALÉM DE SUPORTE AS EMPRESAS,	35.760,00



			TUDO RELACIONADO A ESCRITURAÇÃO FISCAL, CONFORME DESCRITO NO EDITAL, PELO PERÍODO DE 12 MESES, DEVENDO SER EXECUTADO/IMPLANTADO CONFORME DESCRITIVO ANEXO AO PROCESSO LICITATÓRIO	
--	--	--	---	--

**PARAGRAFO PRIMEIRO** - Os preços serão fixos e irrevogáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

### CLÁUSULA TERCEIRA - PAGAMENTO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em 12 parcelas de igual valor, em até 30 (trinta) dias após encerramento do mês de prestação do serviço, à base dos preços apresentados na proposta, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

- Laudo de execução emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.

- Certidão de Regularidade perante a Fazenda Federal;

- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;

- Certidão de regularidade de Tributos Municipais;

- DECLARAÇÃO PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do serviço.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Caso a empresa não tenha conta na CAIXA ECONOMICA FEDERAL ou no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, será descontado o valor referente a transferência bancária.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Os recursos destinados ao pagamento dos serviços de que trata o presente contrato, são oriundos da seguinte **dotação orçamentária**:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Código Despesa
02.05.04.123.1051.2.006	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS E TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	000	3181

**PARÁGRAFO SEXTO** - Os pagamentos serão realizados através de transferência on-line para a conta corrente bancária da Contratada.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:

- Modalidade da licitação,

- Número e ano do contrato;

- Número e nome do banco;

- Número da agência;

- Número da conta corrente ou poupança;



- Valor de IRPJ a ser retido.

**a – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.**

**b – A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha apresentado, para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).**

**c – O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, esta estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.**

## CLÁUSULA QUARTA – PRAZO e LOCAL de EXECUÇÃO

**PARAGRAFO PRIMEIRO**– O prazo de execução total é de 12 meses, iniciando após a assinatura do contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O contrato poderá prorrogado, nos termos previstos em lei, desde que mantidas as condições pactuadas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Caso seja prorrogado o contrato e houver necessidade de reajuste o índice a ser utilizado será no máximo o índice IPCA.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Cada etapa tem o prazo definido conforme tabela integrante do edital, Termo de Referência e Contrato.

**PARÁGRAFO QUINTO** - O prazo de vigência do contrato é de 30 (trinta) dias além do prazo de validade.

**PARÁGRAFO SEXTO – LOCAL DE EXECUÇÃO/SUORTE** – Conforme descritivo da tabela de serviços.

## CLÁUSULA QUINTA – PENALIDADES

**PARÁGRAFO PRIMEIRO – O fornecedor está sujeito às seguintes penalidades:**

**1** – À licitante vencedora deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:

**2** – Pela recusa injustificada para a execução, nos prazos previstos neste edital, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da proposta, até 05 (cinco) dias consecutivos.

**3** – Pelo atraso ou demora injustificados para execução, além dos prazos estipulados neste edital, aplicação de multa na razão de R\$ 100,00 (cem reais), por dia, de atraso ou de demora.

**4** – Pela execução em desacordo com o solicitado ou problemas na emissão da Nota Fiscal, aplicação de multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta, por infração, com prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a efetiva substituição/refazimento dos serviços.

**5** – Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida



de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Registro Cadastral de Fornecedores do Município, nos casos de:

- a) apresentação de documentação falsa;
- b) retardamento na execução do objeto;
- c) não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- d) comportamento inidôneo;
- e) fraude na execução do contrato;
- f) falha na execução do contrato.

6 – Será facultado à licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.

7 – As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.

## CLÁUSULA SEXTA – RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação Judicial, nas seguintes hipóteses;

- a) infringência de qualquer obrigação ajustada;
- b) liquidação amigável ou judicial, concordata ou falência da CONTRATADA.
- c) Se a CONTRATADA, sem previa autorização do MUNICÍPIO, transferir, caucionar ou transacionar qualquer direito decorrente deste contrato.
- d) e os demais mencionados no Artigo 77 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A CONTRATADA, indenizará o MUNICÍPIO por todos os prejuízos que esta vier a sofrer em decorrência da rescisão por inadimplemento de suas obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - No caso de o MUNICÍPIO precisar recorrer a via Judicial para rescindir o presente contrato, ficará a CONTRATADA sujeita a multa convencional de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, além das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o contrato e iniciar outro processo licitatório.

**PARAGRAFO QUARTO** - O cancelamento do Contrato poderá ser formalizado, de pleno direito, nas hipóteses a seguir indicadas, precedidas sempre, porém, do oferecimento de prazo de 10 (dez) dias úteis para o exercício do contraditório e da ampla defesa.

**PARAGRAFO QUINTO** – O contrato poderá ser cancelado pelo órgão responsável quando o contratado:

- 1 - descumprir as condições constantes neste Edital, em seus Anexos e no próprio Contrato;
- 2 - recusar-se a celebrar o Contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 3 - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;



4 - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

**PARAGRAFO SEXTO** - A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

**PARAGRAFO SETIMO** - A anulação do procedimento licitatório induz à da Contrato.

**PARAGRAFO OITAVO** - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

**PARAGRAFO NONO** - A comunicação do cancelamento do Contrato deverá ser feita pessoalmente, ou então por correspondência com aviso de recebimento, juntando o comprovante aos autos.

**PARAGRAFO DECIMO** - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da empresa, a comunicação será feita por meio do Diário Oficial ou Jornal de Grande circulação, por duas vezes consecutivas, considerando cancelado o contrato a contar da última publicação.

**PARAGRAFO DECIMO PRIMEIRO** - Independentemente das previsões retro indicadas, o fornecedor poderá solicitar o cancelamento do Contrato na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

**PARAGRAFO DÉCIMOSEGUNDO** - Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, a solicitação de cancelamento do fornecedor deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo facultada ao Município a aplicação das penalidades previstas no Edital.

## CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### 1 - São obrigações do Município:

**1.1** - Permitir o acesso de funcionários dos fornecedores às suas dependências para a entrega das Notas Fiscais/Faturas;

**1.2** - Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes a prestação dos serviços que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

**1.3** - Impedir que terceiros executem a prestação dos serviços objeto deste Pregão;

**1.4** - Efetuar o pagamento devido pela prestação dos serviços, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do contrato;

**1.5** - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

**1.6** – Fiscalizar a **execução do contrato**: A fiscalização quanto ao cumprimento das disposições deste Edital e dos contratos, caberá a Secretaria solicitante, sendo que cada secretaria terá o fiscal designado por portaria municipal:

**a) Secretaria de Administração:** Francisco Alves dos Santos



- b) **Secretaria de Finanças:** Oziel de Oliveira
- c) **Secretaria de Assistência Social:** Sueli Alves Garcia de Souza
- d) **Secretaria de Agricultura:** Roberto Antonio Zardo
- e) **Secretaria de Saúde:** Ademar Luiz Burckhardt
- f) **Secretaria de Educação e Esportes:** Sirley Ferreira Esma
- g) **Secretaria de Planejamento:** Douglas José Dall'Apria
- h) **Secretaria da Cultura e Turismo:** Mildo Ramos
- i) **Secretaria de Viação e Obras:** Jair da Rocha

## **2 - SÃO OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR.**

**2.1** - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;

**2.2** - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**2.3** - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderá substituí-lo;

**2.4** - Efetuar a prestação dos serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Pregão e em seus Anexos;

**2.5** - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município;

**2.6** - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;

**2.7** - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.

**2.8** - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução;

**2.9** - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

**2.10** - Executar o serviço, conforme solicitação da Secretaria competente, do Município.

**2.11** - Garantir a qualidade dos serviços, obrigando-se a repor aquela que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta; e

## **3 - Adicionalmente, o fornecedor deverá:**

**3.1** - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.

**3.2** - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município;

**3.3** - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas



ao objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e

**3.4** - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Pregão.

**3.5** - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **23.3**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.

**3.6** - Deverá o fornecedor observar, ainda, o seguinte:

**3.6.1** - é expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do contrato;

**3.6.2** - é expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.

**3.6.3** - é vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital.

## CLAUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O presente contrato somente terá eficácia após a publicação no diário oficial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições e respectivos atos do Pregão Presencial em epígrafe.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A gestão do presente contrato será de responsabilidade da Secretaria solicitante.

**PARAGRAFO QUARTO** – O Fiscal de contrato responsável pela fiscalização das obrigações decorrentes do presente contrato será de cada secretaria o nomeado conforme descrito no contrato, sendo o fiscal geral o Sr. **Oziel de Oliveira**

### PARAGRAFO QUINTO - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;





# MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

## e) PRÁTICA OBSTRUTIVA:

(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

## CLÁUSULA NONA - SUCESSÃO E FORO

**PARAGRAFO PRIMEIRO** - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

MOISES  
APARECIDO DE  
SOUZA:842080  
82968  
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
Moises Aparecido de Souza  
Prefeito Municipal  
CPF: 842.080.829-68

Oziel de Oliveira  
Fiscal do contrato

Catanduvas – PR, 31 de outubro de 2023.

Documento assinado Digitalmente

CLEICI QUEIRÓS BAIROS

CPF: 04083413948

Data: 31/10/2023 16:33

Certificado Valido: 15/05/2025

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Verifique em <https://gov.br/signature>

gov.br  
VECTOR9 LTDA  
Cleici Queiros Bairos  
Representante Legal  
CPF: 040.834.139.48

Dihoany Tochinski Bazzi Maciel  
Gestora do contrato

Fone/Fax (45) 3234-8500  
E-mail: gabinete@catanduvas.pr.gov.br

Av. dos Pioneiros, 500 - Centro  
CEP 85470-000 - Catanduvas - PR

CNPJ nº 76.208.842/0001-03